

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

No Governo de José Sócrates foi criada uma Fundação para as Comunicações Móveis, a que pretendeu dar a aparência de Fundação Privada quando na realidade, por detrás era o Governo socialista e as pessoas que nomeou – alguns dos quais entre membros do Gabinete – o principal decisor na matéria.

Esta Fundação fez adjudicações ao arripio da lei nacional e internacional violando normas sobre concorrência, levando a União Europeia através do Comissário para a Concorrência a questionar os procedimentos seguidos pelo Governo português, obrigando o Estado a alterar a sua prática sob pena de aplicação de sanções e penalizações.

A Fundação serviu de operação de propaganda do então Governo socialista, que fez desfilar mais de uma dezena dos seus membros em operações mediáticas montadas com intuítos meramente propagandísticos, não hesitando sequer em explorar sem autorização a imagem de incautos professores e alunos - indignando toda a gente - , ou recorrendo a castings dissimulados.

A apresentação de contas foi sempre uma falha grave nos procedimentos da FCM e uma evidência na falha grave na transparência com que a Fundação sempre actuou, merecendo enormes reservas por parte dos próprios operadores, do Parlamento e do Tribunal de Contas. A Fundação chegou ao cúmulo de aprovar um Orçamento – que é como se sabe uma peça fundamental na gestão regrada de qualquer instituição, e como tal deve estar disponível no início do exercício, - nos últimos dias de um ano civil.

As contas foram sempre apresentadas tarde e a más horas desde o início da Fundação, o que lhe granjeou sempre muitas críticas.

Recorde-se que da parte do Parlamento existiu uma Comissão de Inquérito que incidiu precisamente sobre estes aspectos, onde uma das conclusões era precisamente a extinção da Fundação.

Já na vigência deste Governo, numa audição realizada em 27 de setembro de 2011, teve o senhor Secretário de Estado Dr. Sérgio Monteiro, a oportunidade de adiantar que:

- a dívida mínima seria de 65 Milhões de euros podendo ascender a 72 Milhões de euros;
- que as empresas teriam de executar ainda 20 milhões de euros de contrapartidas resultantes das licenças de terceira geração;

- e que *iria ser proposto o fim e o encerramento da FCM*, explicando que *para o encerramento da mesma ser concretizado seria necessário “o voto do Estado e também dos operadores” de telecomunicações, acrescentando ter uma “forte convicção” de que estas empresas iriam “votar favoravelmente” essa decisão.*

Segundo noticiado pela Comunicação Social no dia 3 de Março de 2012, o Ministério das Finanças iria ‘avaliar as fundações nos próximos dois meses’.

E continuou também a ser noticiada a existência de dívidas aos operadores de comunicações, as últimas na ordem dos 30 milhões de euros com origem no funcionamento da Fundação para as Comunicações Móveis.

Depois da reavaliação de cerca de 800 fundações públicas existentes com vista a eventuais processos de extinção e fusão, no final a dita FCM não foi extinta como anunciado, tendo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, de 8/03/2013, decidido apenas decidido pela cessação do total de apoios financeiros públicos.

Assim, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do PSD, vêm requerer a V. Exa. se digne solicitar ao Governo através dos Ministros da Economia e das Finanças, e ao abrigo do disposto nas alíneas d) e e) do artigo 156º da Constituição Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do regimento da Assembleia da República, resposta às seguintes questões:

1. Já foi liquidada a dívida aos operadores? Qual o montante liquidado?
2. Foram executadas todas as contrapartidas a que estavam obrigados os operadores?
3. Foi proposta a extinção da FCM pela SEInfraestruturas e Comunicações e nesse caso, mereceu a proposta concordância da parte dos operadores?
4. Está o encerramento da FCM ainda dependente de avaliação do Ministério das Finanças?
5. Para quando a definitiva extinção desta Fundação?
6. Quais os gastos que o Estado ainda tem no funcionamento desta Fundação? (valores anuais)

Palácio de São Bento, quarta-feira, 16 de Outubro de 2013

Deputado(a)s

CARINA OLIVEIRA(PSD)

PAULO CAVALEIRO(PSD)

PAULO SIMÕES RIBEIRO(PSD)

LUÍS MENEZES(PSD)

NUNO FILIPE MATIAS(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

ISILDA AGUINCHA(PSD)

ADRIANO RAFAEL MOREIRA(PSD)

Deputado(a)s

MARIA PAULA CARDOSO(PSD)